

# Sumário Executivo 2º Encontro Ensino Fundamental 2

Junho 2010

Local: Cenpec – SP



O Instituto Desiderata e o Cenpec promoveram, no dia 16 de junho de 2010, o 2º encontro de dirigentes de institutos e fundações em São Paulo, na nova sede do Cenpec. “Queremos aprofundar e dar prosseguimento ao debate sobre o segundo segmento iniciado no Rio de Janeiro em abril”, explica Beatriz Azeredo, diretora do Desiderata.

Maria Amabile e Maria do Carmo Brant, do Cenpec, apresentaram as principais questões da escola de 6º ao 9º ano e ressaltaram: “O modelo atual da escola está exaurido. É preciso ter ousadia para fazer rupturas a partir de um novo modelo que aproveite as potencialidades dos alunos” e completaram: “Apenas 55% dos jovens de 15 a 17 anos têm o Ensino Fundamental completo”.

Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do MEC, concordou: “A escola de hoje é muito conservadora. A estrutura do 6º ao 9º ano é ultrapassada, por isso é importante essa discussão focada no segundo segmento.” Cleuza Repulho, Secretária de Educação de São Bernardo do Campo, alertou para os problemas causados pela falta de um regime de colaboração entre estados e municípios, que faz com que não haja uma responsabilização sobre o aluno de 6º ao 9º ano.

Durante o debate, questões como desenvolvimento de lideranças nas escolas, capacitação de diretores e coordenadores pedagógicos foram discutidas. Francisco Azevedo, do Instituto Camargo Correa, colocou que “as fundações não devem só ir atrás de problemas, devem também valorizar os bons resultados”.

Macaé Maria Evaristo, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, fez um balanço ao final do debate e apontou: “A relação professor-aluno é chave no segundo segmento. Eles não têm um professor com quem consolidam uma relação. Eu gostaria de ter um segundo segmento com um só professor e tutores para as matérias específicas”.

Ao final, Beatriz Azeredo propôs a continuidade do debate em torno de experiências existentes no grupo e ofereceu apresentar os resultados da pesquisa Megafone na Escola, que está sendo realizada na rede municipal do Rio de Janeiro, com foco específico no segundo segmento. Maria do Carmo Brant sugeriu que a próxima reunião seja em Belo Horizonte, o que foi reforçado por Macaé Evaristo.

## O evento

Abertura: Beatriz Azeredo – Diretora do Instituto Desiderata e Maria do Carmo Brant – Coordenadora geral do Cenpec

Apresentação Ensino Fundamental 2: Maria Amabile Mansutti – Coordenadora técnica do Cenpec

Comentários: Maria do Pilar Lacerda – Secretária de Educação Básica do MEC; Cleuza Repulho – Secretária Municipal de Educação de São Bernardo do Campo; Macaé Evaristo – Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Participantes: Ação Social, Comunidade Educativa Cedac, Cenpec, Fundação Iochpe, Fundação Salvador Arena, Fundação Vanzolini, Fundação Victor Civita, Fundação Volkswagen, Gife, Instituto Algar, Instituto Ayrton Senna, Instituto Camargo Correa, Instituto Desiderata, Instituto Paulo Montenegro, Revista Onda Jovem – Instituto Votorantim, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

### Questões para a reflexão:

- Como institutos, fundações empresariais e organizações da sociedade civil podem aportar contribuições e participar na melhoria da aprendizagem de alunos do segundo ciclo?
- Como a escola pode contribuir para garantir a aprendizagem para todos os alunos do segundo ciclo?
- O que é preciso levar em conta para construir um modelo de organização escolar mais próximo da realidade, da cultura, das necessidades e potencialidades dos alunos do segundo ciclo?
- Como potencializar o compromisso e a formação inicial e continuada do professor que permitam enfrentar os desafios do segundo ciclo?



“Esta etapa possui peculiaridades e um certo vazio de políticas públicas específicas.”

### Beatriz Azeredo - Diretora do Instituto Desiderata

Apresentou o Desiderata como uma organização que atua no Rio de Janeiro desde 2003 para o fortalecimento de políticas públicas nas áreas de oncologia pediátrica e educação. Nesta área, o foco é o segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Atualmente está desenvolvendo uma pesquisa-ação na rede municipal carioca, chamada Megafone na Escola, onde alunos de 8º e 9º ano entrevistam alunos de 6º e 7º, professores e diretores com objetivo de investigar as especificidades do segundo segmento do ensino fundamental.

Beatriz expressou a alegria do Cenpec ter se tornado parceiro nesse evento e disse esperar que ele tenha continuidade em outro lugar. “A idéia desse encontro é dialogar com institutos e fundações que atuem em educação, chamando todos para refletir sobre esta etapa que possui peculiaridades e um certo vazio de políticas públicas específicas. Nesse sentido, é um privilégio termos aqui representantes do governo federal, estadual e municipal pensando quais as estratégias possíveis e como os institutos e fundações podem contribuir com as políticas públicas para esse segmento”.



“Qualquer um se encanta com a criação e produção de adolescentes e jovens e na escola eles tem insucesso. A escola certamente não está aproveitando a potencialidade desses jovens.”

### Maria Amabile Mansutti – Coordenadora técnica do Cenpec

Maria Amabile apresentou os dados de abandono e desempenho (português e matemática) para o município de São Paulo, comparando com o Brasil, em uma série histórica de 1999 a 2008. “Os padrões desejáveis estão muito além do apresentado com relação à aprendizagem. Dos jovens de 15 a 17 anos, apenas 55% têm o Ensino Fundamental completo no país. Quando saímos do micro para olhar a realidade brasileira, os números são gritantes. Esses jovens são em sua maioria dos centros urbanos e 71% nunca trabalharam, contrariando o senso comum de que a maioria abandona os estudos para isto. O MEC reuniu pesquisadores e sociedade civil para fazer um debate sobre esta faixa etária e alguns gestores já tomaram medidas.

Esses jovens vivem em uma sociedade bastante tecnológica que disponibilizam mais conhecimento e informação. Podem não ter computador, mas tem acesso. Maria do Carmo Brant acrescenta: “Além disso, é preciso levar em conta uma nova racionalidade cognitiva dos adolescentes. Eles não aprendem via seqüência lineares, aprendem de forma descentrada, difusa, dialógica, e não na forma tradicional que o ensino está organizado, e muitas vezes a escola não está preparada para ensinar nesse momento”.

Maria Amabile ressalta que ao mesmo tempo que os alunos estão vivendo processos globais de comunicação, a não garantia do acesso a escolaridade produz desigualdade, impresso nas próprias estatísticas que associam adolescentes e jovens com baixa escolaridade às condições de vulnerabilidade social. Portanto, estão excluídos até dentro da escola. “Para a maioria, é a escola pública que chega aos mais vulneráveis, ela é a responsável por democratizar as oportunidades de aprendizagem. Se não estamos conseguindo fazer isso, a própria escola está gerando desigualdade”.

“Disciplinas compartimentadas, horário de 50 minutos para cada aula, uso exclusivo do livro didático, exposição oral do professor, o pouco uso de ferramentas tecnológicas. Esse modelo no ciclo 2 não está funcionando. A prova disso são os próprios alunos que repetem e saem do sistema. Está claro que muitos fatores interferem para o insucesso, mas os fatores ligados à escola são extremamente importantes para serem analisados. Buscamos um modelo que atenda mais às necessidades e expectativas desses alunos. Qualquer um se encanta com a criação e produção de adolescentes e jovens e na escola eles tem insucesso. A escola certamente não está aproveitando a potencialidade desses jovens”.

Outro ponto levantado é a formação de professores, inicial e continuada. Muitos cursos já foram feitos e recursos utilizados e pouco foi conseguido para romper o ciclo da má formação de professores. Amabile acredita que os cursos são muito repetitivos durante a carreira, geralmente longa, de magistério. “Ainda não existe um plano de desenvolvimento profissional, que desenvolva outras capacidades para além da docência. Os próprios professores e a escola não sistematizam sua produção. Os professores são integrantes de uma equipe de trabalho colaborativo dentro de uma escola e tem várias dimensões em seu fazer que estão ligadas a conhecimentos e capacidades que precisam ser desenvolvidas. Os cursos de formação inicial e continuada não suprem essas necessidades”.

“Estou muito feliz com esse fórum sobre o segundo segmento, e suas possibilidades de continuidade, pois a partir dele podemos tirar idéias e reflexões que possam orientar ações efetivas que rompam com esse modelo de escola que temos” concluiu Amabile.



“O aluno vai bem até o 5º ano e no 6º ano se depara com uma escola muito ultrapassada e é por isso que chama a atenção e é tão interessante a discussão com foco no segundo segmento do ensino fundamental.”

## Maria do Pilar Lacerda – Secretária de Educação Básica do MEC

“A partir de 88, criamos um marco diferente, inserindo todos na escola e a universidade não consegue acompanhar e dar respostas. Ou seja, trabalhos acadêmicos não atendem as demandas práticas”. Nesse sentido, o MEC montou um grupo de trabalho para discutir as questões que envolvem os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da série ideal com pessoas ligadas também ao fazer, não somente à academia. Essa discussão resultou em um trabalho que será disponível no portal do MEC e poderá auxiliar os municípios a tratarem dessa questão.

A Emenda Constitucional 59, aprovada em 2009, libera mais R\$ 11 bilhões e torna a matrícula obrigatória dos 4 aos 17 anos. Surgiu então uma outra discussão contra a obrigatoriedade, que supostamente fere a liberdade da família quando a criança tem 4 e 5 anos e vai contra a autonomia do jovem de 15 a 17 anos. “Isso é um exemplo do fosso que temos na educação. Para qualquer família de classe média, estar na escola nessas faixas é obrigatório, mas é como se o pobre pudesse estar fora da escola. Este pobre está fora da escola por mil questões, tornar a educação obrigatória desnuda algumas questões, e os problemas aparecem. Começamos a ver que a educação sozinha não vai dar conta. É necessária uma política intersetorial de juventude”.

O MEC lançou em junho o Exame Nacional de Formação de Professores, que é uma prova de ingresso na carreira que pode ser utilizada por estados e municípios em seus concursos públicos. Para isto, foi criado um comitê de governança com representantes do MEC, trabalhadores e pesquisadores. “A partir desse exame, será possível pautar a licenciatura, para tentar mudar o cenário que temos hoje e qualificar a discussão de juventude com os professores”.

Maria do Pilar aponta que ao aumentar as matrículas de 0 a 6 anos (80% de 4 e 5 anos e 98,5% de 6 anos), os resultados nos anos iniciais do ensino fundamental têm aparecido, mas no segundo segmento os gestores não tem percebido os reflexos. “O aluno vai bem até o 5º ano e no 6º ano se depara com uma escola muito ultrapassada e é por isso que chama a atenção e é tão interessante a discussão com foco no segundo segmento do ensino fundamental”.

Segundo o MEC, os alunos de 16 e 17 anos tem procurado mais os estudos, diminuindo o percentual daqueles

que só trabalham, assim como diminuiu o trabalho doméstico, que é um dos que mais impacta o estudo. “Aumentou muito pouco (de 45% para 54%) a porcentagem de alunos que se dedicam exclusivamente aos estudos. Todos esses dados nos fazem discutir mais sobre as relações da educação com outras políticas, como as de transferência de renda”.

Pilar elenca os desafios atuais do MEC: universalizar o ensino fundamental, mais de 600 mil brasileiros estão fora da escola; aumentar a jornada escolar diária com articulação com organizações da sociedade civil (Programa Mais Educação têm feito muita diferença para trazer novas possibilidades de organização escolar); implementar efetivamente o ensino fundamental de 9 anos; e garantir condições para a matrícula dos 4 a 17 a partir de 2016. E finaliza: “Nós não podemos tirar o foco da aprendizagem, pensar em quantidade e depois qualidade, temos que fazer tudo ao mesmo tempo; a escola pública se fortalece com gestão participativa e democrática, com inclusão de alunos com deficiência, formação dos educadores e sempre considerando a diversidade sócio-econômica e cultural dos alunos”.



### Cleuza Repulho – Secretária Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

Cleuza falou sobre o papel do terceiro setor que, muitas vezes, “atropela a gestão pública, faz projetos piloto que escolhem escolas muito boas ou muito ruins. E em uma rede de escolas não podemos confundir autonomia com independência. A rede tem uma organização e tem um foco de trabalho. A independência da escola faz com que deixe de ser rede e ela pode ir por um caminho muito bom ou pode ocorrer o contrário”. A secretária reforçou a importância do regime de colaboração entre estados e municípios e ressaltou que os únicos estados onde o regime funciona são Mato Grosso do Sul, Acre e Ceará. “Isto é importante porque o Estado tem mais condições de colaborar na organização do sistema. A maioria dos municípios não é um sistema de educação, só os grandes. Hoje, 200 cidades do Brasil concentram 40% dos alunos. Se conseguimos fazer a política pública a partir destes municípios, é possível causar um efeito irradiador.

“No município ficam as salas de EJA do primeiro e segundo segmento. O número de adolescentes que concluíram a 8ª série e que estão no EJA não é pequeno; isto é, alunos que já passaram pela escola, e não aprenderam, estão voltando para a escola. Uma pesquisa da UFMG

“A escola é um ambiente onde todos supostamente podem entrar, quando na verdade, ela é lugar para profissionais. Existe lugar para o voluntário na escola, mas deve ser de acordo com a demanda da escola.”

mostra que nos primeiros anos do ensino as crianças aumentam o aprendizado e a partir do 5º, se não forem bem trabalhadas, elas desaprendem o que aprenderam. Além disso, a relação da universidade com a prefeitura é complicada e a aplicação dos trabalhos acadêmicos é muito distante da prática. Com relação ao serviço público, a secretaria é muito engessada e não pode retirar professores prestes a aposentar ou que são desinteressados na sala de aula. Em alguns países, o professor que não apresenta bons resultados pode voltar para a universidade até duas vezes, na terceira vez que não apresenta bons resultados na avaliação, ele é retirado da rede. Certamente, o problema da escola não é somente o professor". E acrescenta, "a escola é um ambiente onde todos supostamente podem entrar, quando na verdade, ela é lugar para profissionais. Existe lugar para o voluntário na escola, mas deve ser de acordo com a demanda da escola. E o gestor tem papel fundamental, temos conseguido avançar em termos de formação, mas ainda tem muito a caminhar".



### Macaé Evaristo – Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte

Macaé trouxe para o debate sua experiência enquanto gestora da rede municipal de Belo Horizonte e abordou inicialmente a gestão democrática. "Temos mais de 18 anos de eleição de diretores e de colegiados escolares que tem sido um processo muito efetivo, mas em determinadas instituições escolares não funcionou tão bem. Hoje temos trabalhado numa perspectiva de mobilização e participação das famílias, que muitas vezes se sentem reféns da corporação.

Pensar a gestão democrática nas escolas passa por incorporar outros atores para além da comunidade escolar. Ongs ou fundações empresariais, por exemplo, que atuam no território da escola, poderiam se incorporar ao colegiado escolar."

O segundo ponto abordado foi a organização do sistema da escola e da sala de aula. Em relação à responsabilidade sobre a trajetória educativa de crianças e adolescentes, "temos escolas municipais e estaduais no mesmo bairro e nenhuma tem a responsabilidade em acompanhar o aluno". Quando se trata dos jovens de 15 a 19 anos, público que pode ser do ensino fundamental ou da educação de jovens e adultos, é ainda mais difícil identificar o sistema responsável e cobrar soluções. "Temos escolas que negam matrícula ao aluno fora de faixa. Pensar o monitoramento da vida escolar do aluno é também trazer a discussão da responsabilidade pelas trajetórias. Se estou no ensino fundamental produzindo evasão e repetência, tenho que me responsabilizar quando este aluno estiver dos 15 aos 18 anos. Ainda não conseguimos um mecanismo para pensar essa responsabilização."

“Hoje o diretor tem uma série de atribuições que antes não estavam colocadas. Em Belo Horizonte, as escolas abrem de domingo a domingo, atendem alunos em tempo integral com uma série de parceiros locais e o diretor precisa fazer, além da gestão política de relacionamento com instituições parceiras, a gestão administrativa, financeira e pedagógica. Esse é o perfil do diretor dos novos tempos, das escolas que vamos administrar no futuro e preciso formar o diretor da escola para isso. Uma boa coisa para as empresas nos auxiliar é estudar um novo modelo de gestão. A estrutura que temos hoje com um diretor e vice dá conta da diversidade e do que demandamos das escolas?”.

Sobre o segundo segmento, Macaé colocou: “organizamos o ensino fundamental em 3 ciclos para tentar quebrar a dificuldade na passagem dos alunos da antiga 4ª para a 5ª série. Diferente da opinião dos profissionais da educação, temos exigido um professor de referência com os alunos da antiga 5ª série. E complementa sobre a organização do currículo: “com as disciplinas fragmentadas, os alunos tem que conviver semanalmente com 7 ou 8 professores a cada 50 minutos. Não é possível estabelecer concentração para o estudo com a racionalidade que os alunos têm hoje. A tendência é a dispersão”.

Macaé alerta que é preciso ter coragem de experimentar e faz um desafio aos institutos e fundações para ousar. “Eu gostaria de ter um segundo segmento que não tivesse um professor por disciplina e sim tutores para grupos menores de alunos”. E ressalta que avançaremos pouco se acharmos que outra organização curricular seria suficiente, pois alguns problemas são estruturantes e exemplifica: ter turmas menores no segundo segmento significa mais classes e aumento do número de funcionários públicos.

Sobre as relações entre professores e alunos, Macaé é enfática: “a grande questão hoje para o segundo segmento é a relação professor-aluno. Estamos vivendo uma guerra entre professores e alunos. Fazemos monitoramento de todos os episódios que ocorrem diariamente nas escolas e o que tem acontecido é briga de alunos e professores. O questionamento da autoridade, do lugar na escola, das regras.”

Outro ponto abordado foi a carreira do professor: “já que estamos discutindo a educação integral no Brasil, precisamos debater quais as possibilidades de termos o professor com dedicação exclusiva, porque não basta só fazer concurso para professor. Nos resultados dos exames de avaliação, 75% dos alunos do 9º ano tem proficiência insatisfatória em matemática e nenhum aluno está no patamar avançado. Nos anos iniciais, com 10 anos, 15% dos alunos estão acima do satisfatório. Então estamos perdendo as inteligências do país quando não cuidamos dos alunos ao longo do ensino fundamental.”

Para terminar, Macaé falou sobre a importância da articulação entre educação e cultura, principalmente no segundo segmento: “Para termos uma educação para o adolescente nos próximos anos é preciso pensar uma política cultural para a infância e adolescência. Os centros culturais não atuam para as crianças e adolescentes até os 14 anos. Na universidade, a educação infantil tem pai e mãe. Os alunos de 10 a 14 não têm nada, ninguém estuda essa moçada, eles só voltam a ser estudados quando estão com 17 anos. A atual organização escolar trabalha com esses alunos como se estivessem no ensino médio, com tudo fragmentado. Uma política para essa faixa etária é fundamental considerar a educação e cultura, e a produção de conhecimento.”



## Maria do Carmo Brant - Cenpec

Estamos em uma reunião com fundações empresariais que trabalham muitas redes estaduais e municipais. Qual é papel na ação e intervenção das fundações e institutos empresarias? O que poderia ser a articulação entre a iniciativa privada e o setor público para melhorar o Ensino Fundamental 2? Algumas questões foram levantadas: repensar o tempo de aula, pois as pesquisas mostram que o professor fica no máximo 30 minutos com o aluno; o reforço necessário ao bom letramento em todas as disciplinas e não somente na aula de língua portuguesa, pois permitiria que o aluno

pudesse acessar novos conhecimentos no momento que quisesse; formar diretores mais comprometidos com a parte pedagógica da escola, pois uma pesquisa apontou que os diretores gastam mais de 90% do tempo em atividades administrativas e delegam ao coordenador a supervisão pedagógica, mas este não tem a mesma autoridade do diretor e acrescenta: "temos muita formação continuada para professores e pouca discussão e exigência aos gestores de escolas". Onde é que nós podemos nos envolver? Pesquisa mais prática? Podemos pressionar a academia a se envolver em uma boa formação e licenciatura.

## Contribuições do grupo



"A escola é de 1º ao 9º ano, mas na verdade são duas escolas. Outra estrutura, outra forma de lidar com os mesmo alunos, com uma escola mais segmentada. Há soluções e estudos que sempre esbarram na gestão democrática, valorização da docência e as relações com outras instituições do entorno, porém as tentativas ainda são isoladas. É necessário pensar em ações multisetoriais". Sueli Bernardes - Cenpec

"O ciclo 2 é trabalhado de forma fragmentada, assim como a formação de professores. Desde 2007 implantamos um currículo único, que permite avaliação externa igual para todos, sendo um grande avanço para formação continuada. A partir de 2010, ofereceremos um curso de 3 meses aos professores concursados, onde serão trabalhadas questões práticas cotidianas, para além da formação teórica do curso de licenciatura". Wilma Delboni - Secretaria Estadual de Educação de São Paulo



"Ainda não conseguimos trabalhar com foco no aluno, onde todas as organizações trabalham para que o aluno realmente aprenda. Devemos pensar a educação básica como um todo e desenvolver líderes com compromisso com resultado e como promotores do desenvolvimento do outro. Para isto, é importante começar pelo conhecimento da realidade, por parte das escolas e das secretarias". Inês Kisil – Instituto Ayrton Senna



“A formação tem a ver com a demanda do mercado. Se o maior empregador de professores é a rede pública que demanda um tipo de profissional e as universidades não formam esse profissional, o que temos que fazer? O mercado demandador vai ficar esperando essa oferta mudar ou dá para inverter essa lógica?” Ana Lima – Instituto Paulo Montenegro

“A rede pública de ensino na maioria das vezes é um conjunto de escolas e não uma rede. A gestão para a melhoria da educação aparece fortemente nos diagnósticos das escolas e podemos contribuir com esse tema. Para isto, é fundamental respeitar a cultura da escola, suas potencialidades e demandas, sem chegar com coisas prontas”. Francisco Azevedo – Instituto Camargo Correa



“Como dialogar com a escola, que tem sempre demandas imediatas, no sentido de construir junto com a escola um programa conjunto? O Desiderata não tem nada a oferecer, por princípio, não temos um programa pronto, nem faremos isso com especialistas, nós temos uma proposta de dialogar com a escola e com uma rede municipal do Rio, que é enorme. O que é manter um canal de diálogo com as escolas, mas também com o gestor, para uma organização privada como a nossa?” Beatriz Azeredo – Instituto Desiderata.

“Precisamos ter ousadia de romper com culturas como, por exemplo, o currículo. Houve um empenho do Estado de SP para o currículo único e, ao mesmo tempo, há a discussão de que escolas têm que ter autonomia para fazer currículo. Pesquisas mostram que os currículos são extensos, com excesso de conteúdos e pouca profundidade, mas precisamos ter coragem de fazer cortes, junto com as universidades: em termos de práticas, avaliação, materiais complementares etc.”. Maria Amabile – Cenpec



“No Rio de Janeiro, chama a atenção um gargalo do 6º para o 7º ano, com uma alta perda de matrícula. É importante atuar nessa etapa, olhando o desempenho do 5º ano e como o aluno chega ao 6º. Existem medidas específicas para essa transição? Em que medida as tecnologias e novas mídias passam a mexer de fato com processos educativos nesta fase?” Beatriz Azeredo – Instituto Desiderata.



“Hoje aprendemos que não adianta investir na correção de fluxo se não investirmos em medidas preventivas e na gestão dos três segmentos: sistema, escola e sala de aula. Tem que ser algo pensado no coletivo”. Claudia Petri – Cenpec.

“Deveríamos focar mais nos conceitos básicos que farão diferença no mercado de trabalho, pois na vida adulta ele será capaz de fazer suas escolhas”. Regina Celi Venâncio - Fundação Salvador Arena.





“O diretor delega a parte pedagógica para o coordenador. Se o coordenador tem um papel central na escola, existe alguma formação específica para ele, em especial, para trabalhar no segundo segmento do ensino fundamental com mais matérias, mais professores e um público adolescente?”. Roberta Costa Marques – Instituto Desiderata.

“Esses encontros dão subsídios para discutirmos o orçamento dentro da empresa, especialmente para trabalhar no segundo segmento, onde temos mais dificuldade em apresentar e medir resultados.” Conceição Mirandola – Fundação Volkswagen.



## Encerramento

Maria do Pilar Lacerda – MEC

“A universidade tem que pesquisar e ser vanguarda, mas olhando antes os recursos disponíveis e as possibilidades para que a pesquisa possa ser implementada na prática. Com relação à formação de professores, a teoria e prática são fracas, seria bom que o professor, no mínimo, conhecesse bem como a criança aprende e a diferença entre as faixas etárias. O currículo não apresenta nem muita teoria nem prática, há uma demonização da didática, mas ela é necessária. Esperamos que o professor tenha um livro que ensine, mas que depois ele possa criar sua prática também. O exame nacional de formação de professores começou pelos anos iniciais, pois para os anos finais teríamos que fazer um concurso por disciplina e não queremos estimular mais ainda a fragmentação desta etapa. Queremos que as licenciaturas comecem a refletir sobre o que fazem a partir dessa prova”.

“Sobre a coordenação pedagógica, nós estamos fazendo agora, em parceria com universidades, um curso de formação continuada voltado para coordenadores pedagógicos. Existem vários tipos de coordenadores pedagógicos, desde aquele que não gosta de dar aula e acaba sendo coordenador pedagógico, como aqueles que fazem uma grande diferença na escola”.

“O perfil do diretor nunca será só para o pedagógico, pois a escola tem outras atividades. Uma escola não funciona só com diretor e porteiro, além dos professores. Esse grupo de apoio significa mais funcionário público concursado e de qualidade. E é esse profissional que vai ajudar o diretor a ter mais interlocução com a comunidade, articular mais a mobilização e etc.”

“Eu queria fazer uma proposta. Tem coisas que institutos e fundações podem fazer que nós não temos tempo, mobilidade e flexibilidade: pesquisas e estudos, tais como a experiência de Cuba no segundo segmento, o trabalho do Cenpec na educação integral, o folder do Desiderata que reúne as informações da rede do Rio de Janeiro no segundo segmento e faz com que a escola seja outra ao se ver no conjunto da rede. Esses são trabalhos que podem parecer pequenos, mas são enormes para a qualidade da educação e para o dia-a-dia da escola.”

Cleuza Repulho – Secretária Municipal de São Bernardo do Campo

Cleuza finalizou dizendo sua opinião sobre o que as fundações podem fazer: entender que não têm a solução de todos os problemas, e que existe um conhecimento dentro da escola; ter cuidado com a lógica da sustentabilidade, pois os problemas não têm tempo pra começar e terminar; e buscar a solução junto com humildade de saber que os negócios são diferentes e a oportunidade de aprender também.





O Instituto Desiderata é uma organização sem fins lucrativos que, desde 2003, atua no Rio de Janeiro com o objetivo de contribuir para o processo de transformação e inclusão social de crianças e adolescentes, nas áreas de Educação e Oncologia Pediátrica. Para isso, o Desiderata trabalha em parceria com instituições públicas e privadas na formulação, implementação e financiamento de programas que venham a contribuir com o fortalecimento de políticas públicas nessas áreas. Na área de Educação, o Instituto Desiderata tem como compromisso a melhoria da qualidade no 2º segmento do ensino fundamental.



O Cenpec é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social. As ações do Cenpec tem como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades.